

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.008](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.008)

## EDUCAÇÃO, ESTADO E TRABALHO

### Joice da Silva Cheles

Mestranda do Curso de Pós Graduação da Universidade Federal de São Paulo UNIFESP, [joice.cheles@unifesp.br](mailto:joice.cheles@unifesp.br);

### Luiz Carlos Novaes

Dr. Luiz Carlos Novaes professor titular do Curso de pós graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, [luiz.novaes@unifesp.br](mailto:luiz.novaes@unifesp.br);

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender como a Educação Pública no Brasil tornou-se o foco de ataques e refletir sobre qual o seu papel diante desse cenário. Pretendemos historicizar como as políticas educacionais se desenvolveram partindo da articulação entre os conceitos de Educação, Estado, e Trabalho.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação, Estado e Trabalho.

## INTRODUÇÃO

Iniciaremos nossas reflexões abordando o papel do Estado no processo de implementação das políticas públicas no Brasil, suas implicações no mundo do Trabalho, e conseqüentemente os impactos dessas na Educação.

Acreditamos que a Educação precisa também ser compreendida por meio de aspectos macros; entendidas junto às metamorfoses políticas, econômicas e sociais, portanto, nossa metodologia será a do materialismo histórico dialético.

A partir de um dos grandes marcos da economia mundial, suas mutações geradas pelas crises do capital, suas saídas e respostas, pontuamos como se formou uma hegemonia do pensamento liberal na sociedade. Assimilar estes movimentos permitirá que avancemos nas discussões educacionais; ascendendo o entendimento do leitor sobre a atual conjuntura.

E por fim, compreender que a educação pública tem seus limites e desafios, mas também tem um papel importante nesse contexto carregado de interesses. Assim, esperamos trazer elementos e conceitos fundamentais para a compreensão do que hoje temos como sistema de ensino no Brasil.

### O CONCEITO DE ESTADO E SEU PAPEL FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreender quais são os atores envolvidos e seus interesses frente à tomada de decisões de ordem governamental é fator fundamental para que possamos compreender como e porque algumas ações, ou ainda, muitas ações vão de encontro ao interesse da sociedade, ou não, é o caso da implementação de políticas públicas no Brasil.

O conceito de sociedade, assim como o de Estado, é bem complexo e está diretamente relacionado com o período histórico a qual nos reportamos para fins de análises. Corroborando com tal argumentação, Giddens (1994) assinala que as sociedades são “órgãos” ou sistemas e, por tal, são heterogêneas. E, tais sistemas revelam a multiplicidade de modos culturais, de valores, de hábitos, costumes e todo um arcalço de vicitudes próprias de cada sociedade em

determinado período de sua história. Logo, toda essa variedade ocasiona muitos conflitos de interesses. Nas palavras do autor:

[...] o conflito de interesses nunca se torna qualquer coisa mais do que uma colisão entre os propósitos dos atores individuais e os interesses da coletividade. Sob tal perspectiva, o poder não pode ser tratado como uma componente problemática de grupos de interesses divergentes incorporados na ação social, já que o emaranhado de interesses é tratado em primeiro lugar, e acima de tudo, com uma questão da relação entre o indivíduo e a sociedade. (GIDDENS, 1994, p. 115).

Diante do exposto pelo autor podemos destacar os diversos interesses de diversos grupos sociais que compõe as relações entre o indivíduo e a sociedade. E, essas relações se dão de múltiplas maneiras e as relações de poder devem levar em conta o bom convívio social e coletivo. Não obstante, dois conceitos importantes devem ser mencionados para compreender de forma mais assertiva a relação entre homem e o mundo que o cerca, assim temos: o Estado e a Política. A noção de Estado está imbrincada de elementos emocionais, físicos ou situacionais. E esses elementos se desdobram em outras compreensões. Para fins do presente trabalho, ao se pensar o Estado, é importante compreendê-lo como concepção social. O conceito de Estado, desta forma, implica mais do que a organização de vários segmentos da sociedade, como: regras, leis, serviços, instituições dentre outros estabelecidos num espaço/tempo.

Assim, o conceito de Estado como território no qual acontece a amalgama entre pessoas e instituições – como a escola, como a igreja, as forças armadas – busca a balança entre anseios e demandas, ocorre que dentro deste espaço territorial as ações devem ocorrer à luz da ideia de soberania, na qual, há finalidade que une todos seus agentes.

A política norteia as relações de uma sociedade. É ela quem delimita a atuação das vontades pessoais em detrimento da coletividade, as pessoas não podem fazer o que quiserem a seu bel prazer se para isso ultrapassar o limite do outro. Evidentemente que a partir da relação entre indivíduo e sociedade surge um debate

importante e isso é assunto tratado por séculos, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles em seus escritos já traziam à toa tais debates e reflexões. Assim, compreender o conceito de política pública permite compreender nuances das ações do Estado. Como salienta Oliveira e Spengler:

[...] a institucional, denominada de polity, ordenada pelo sistema político e delineada pelo sistema jurídico; a processual, politics, que se dá pela dinâmica da política e da competição do poder; e a material, policy, que envolve o conteúdo concreto dita como o “Estado em ação”. Salienta-se que as três esferas são permanentes e se influenciam reciprocamente. (OLIVEIRA; SPENGLER, 2012, p.136)

Neste interim discutiremos a implementação das políticas públicas no Brasil a ser difundida a partir do modelo de Estado *Welfare-State* e sua difusão no mundo, esta ideia de um Estado intervencionista permitiu abranger as discussões a respeito de um Estado protetor e regulador.

Entretanto, no Brasil essas não seguiram de fato as ideias Keynesianas, o investimento que ocorreu no Brasil foi o oposto, não se pensou no Bem Estar Social, o Estado promoveu o crescimento econômico do país por meio de ações centralizadoras, ou seja; passou-se a investir exclusivamente na industrialização; incentivando e potencializando o setor privado que passou a ter retornos financeiros em curto prazo, enquanto o Estado avançava com investimentos em projetos onerosos, assumindo propostas dispendiosas, nesse mesmo período, os anos 30, muitos países também investiram nos avanços tecnológicos industriais, mas esse processo de crescimento levou anos para se concretizar já no Brasil, esse se fez em 50 anos, mudando o seu perfil da economia do país que deixou de ser rural e passou a ser uma potência industrial, sendo o 8º PIB industrial do mundo.

Dentro desse contexto, o Estado consolidou a industrialização no país, facilitando a acumulação privada na esfera produtiva sem se preocupar com as relações de propriedade por exemplo, o que ampliou ainda mais a desigualdade social, pois não agiu como um Estado protetor e não oportunizou o bem estar social, na verdade.

O Estado se posicionava em favor da sociedade de maneira articulada com os interesses da agenda econômica do país, ou seja; em um grau menor, o Estado se fazia presente, quando era indeclinável para efetivar seus projetos, a exemplo, a crescente vertente dos direitos dos trabalhadores, as mudanças na relação entre trabalho e trabalhador com o processo de industrialização levou a classe trabalhadora a criar mecanismos para organizar sua luta a fim de garantir direitos, a partir de conflitos entre empregado e empregador o Estado interviu para que os “avanços” econômicos não retrocedessem no país; o Estado se fez regulador, “mediou” sobre a discussão dos direitos trabalhistas porque era imprescindível à consolidação da industrialização no país.

Assim, podemos afirmar que o Estado teve uma atuação vinculada com a economia, ou seja; com a forma de produção capitalista.

Ao analisarmos o papel do Estado em uma perspectiva Marxista podemos afirmar que o Estado não foi construído para representar toda a sociedade, mas para ser instrumento de uma classe dominante, e foi o que vivenciamos nas implementações das políticas públicas no Brasil.

A gênese do Estado é a de que este foi criado a partir de um contrato social, estabelecendo regras e leis a fim de solucionar conflitos que foram gerados diante do surgimento da propriedade privada. Historicamente o Estado foi criado como uma estrutura jurídica para garantir a civilidade, a convivência entre os sujeitos por meio da legalidade, para garantir o direito de posse.

Essas leis foram acordadas de alguma forma entre todos em comum acordo, a exemplo de que todos somos iguais perante a lei, porém; quando as analisamos-as em uma perspectiva da sociedade capitalista da qual estamos inseridos, notamos que criou-se a ideia de que o Estado é isento, não está vinculado a nenhuma classe e seus interesses, tendo autonomia entre as classes sociais para gerir a sociedade em função do bem comum, entretanto, em uma sociedade dividida em classes, não há como encontrar um interesse comum a todos.

Logo na tradição Marxista podemos concluir que o Estado é um Estado de classes, e a classe dominante organiza a estrutura do Estado e não o contrário, entretanto, para identificar o Estado que temos e como este vem agindo precisamos ampliar nossa

discussão, e para tanto vamos abranger o nosso entendimento acerca do conceito de Estado em Gramsci, que não rompe com a ideia do Estado de classes, mas traz elementos que nos permite compreender o Estado em sua complexidade.

O conceito de Estado Integral em Gramsci vai além das instituições como o Governo, o Judiciário, o Legislativo e as Forças Armadas, o que ele chama de sociedade política, mas quando observamos a atuação do Estado seja na elaboração, ou na execução de políticas públicas que estruturam as bases das relações entre os indivíduos, tudo que regulamenta como cada cidadão deve se comportar em relação aos seus direitos e deveres, não são gerenciadas e nem mesmo promovidas estritamente pelo Estado, ou seja; por aqueles que foram eleitos para fazer a gestão do Estado, essas decisões estão permeadas por um conjunto de instituições que não são Estado no seu sentido restrito, mas que devemos considerá-las pois elas participam da definição e na tomada de decisões.

No pensamento Gramsciano esse conjunto de instituições é chamado de sociedade civil, que são os sindicatos, as universidades, as empresas, os bancos, as igrejas, as escolas, a imprensa, o agronegócio, e etc; estes compõem o Estado Integral e estão atuando ainda que indiretamente, mas como forte poder de decisão nas eleições e nas definições das políticas; nesse sentido o termo sociedade civil é o espaço entre o Estado restrito e economia.

Posto isso, o Estado se apóia nessas instituições da sociedade civil para garantir um equilíbrio entre coerção e persuasão para governar com base no convencimento, para ter a hegemonia da população. Portanto, o Estado Integral se mantém e se reproduz como instrumento de uma classe, com o consenso da sociedade, ou seja, o Estado tudo envolve, composto pela sociedade civil e sociedade política.

## O MUNDO DO TRABALHO SOBRE OS IMPACTOS DAS NOVAS TENDÊNCIAS DA ECONOMIA MUNDIAL

A sociedade vem sofrendo diversas transformações principalmente em relação à sociabilidade humana. Uma das dimensões da mutabilidade na sociedade é o trabalho.

Entende-se o trabalho sob a luz da teoria marxista que constitui que o trabalho é característica fundamental do homem. A relação consciente do homem com a natureza explica o ser humano enquanto ser histórico e social. A concepção de trabalho ontológico sofreu profundas mudanças em seu entendimento dadas a exploração da força de trabalho.

No Brasil após o grande *boom* da revolução industrial, o capitalismo entra em crise e o movimento de reestruturação produtiva associado aos avanços científicos e tecnológicos passa a ser à saída da crise capitalista industrial e o modo de produzir modifica-se mais uma vez.

A produção em larga escala e o consumo de massa que permitia uma produção inflexível passou por alterações. É importante apontar que esse novo modelo de produção, reduziu consideravelmente os números de postos de trabalho e requereu um novo perfil de trabalhador, pois essa produção exigiu uma mão de obra “qualificada”, gerando uma nova discussão ao redor da educação. Essas novas técnicas produtivas e suas inovações contínuas reivindicaram a produção de conhecimento e assim as políticas educacionais passaram a ser afetadas.

Surgiu a partir daí o ensino tecnicista, a informação e o conhecimento começam a compor a força produtiva, desse modo, a reforma do sistema educativo passa a ter “sentido”, já que as exigências das organizações capitalistas tornaram-se prioridade. O argumento foi que novos tempos pleiteiam uma nova educação, o que provocou mudanças na organização das escolas até na formação dos educadores.

Outra tendência da economia mundial que também repercutiu nas políticas públicas brasileiras foi a globalização, que permitiu a internacionalização do capital, provocou a desregulação do mercado nacional, reduziu o controle do Estado restrito sobre as políticas monetárias, influenciou todo o sistema produtivo, não só no Brasil, mas no mundo.

Assim, alguns pouquíssimos agentes econômicos tinham condições para competir no cenário econômico, consolidou-se o capitalismo monopolista, abalando países como o Brasil.

A globalização submeteu todo o mercado global a uma racionalidade de autorregulação, o livre mercado excludente permitiu o

desemprego estrutural, a produção flexível, no campo das ideias, a globalização também promoveu e ascendeu o pensamento neoliberal.

Com a herança de um Estado Integral que se preocupou desde os primórdios com o desenvolvimento econômico privado, entrelaçada a hegemonia do pensamento liberal, a sociedade passa a ter o seus princípios e valores baseados na ideia de quanto menos Estado e mais mercado, melhor, acreditando que apenas o mercado é capaz de resolver as mazelas sociais, enquanto na verdade; ele consolidava e ampliava ainda mais a precarização do trabalho.

Assim, concluímos que as relações entre os direitos sociais de acordo com a Constituição Federal de 1988 passam a ser encaradas como privilégios, ou ainda, como ideologias de esquerda, e não como direitos de todos e todas.

## OS ATAQUES A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Compreender o conceito de política pública em educação permite compreender aspectos de ações do Estado nesse campo, bem como, segundo Gohn (2012), identificar razões de batalhas para o reconhecimento dos ideais dos movimentos sociais na Educação, a exemplos das conquistas de grupos referentes à Educação Especial e à Educação étnico-racial.

O processo de democratização da sociedade brasileira tem se constituído em um desafio contínuo, uma vez que nossa história política, social e cultural é marcada por relações autoritárias, patrimonialistas e clientelistas (Faoro, 1989; Carvalho, 1997), opostas à democracia, definida por Toro (1999), como uma cosmovisão, isto é, uma maneira de ver o mundo e a vida e de construir relações que perpassam as instituições sociais, tais como o Estado, a família e a escola.

Uma das reivindicações democráticas dos anos de 1970 e 1980 consistia na descentralização das políticas públicas, pois durante o regime militar a concentração de tomadas de decisões e tributos financeiros eram apenas alocados e controlados pela esfera “federal”- ditatorial, a exemplo, governadores e prefeitos não tinham

autonomia política; suas “eleições” eram selecionados pela cúpula militar.

Em relação ao campo educacional Fernando Henrique Cardoso manteve e continuou com o Plano Decenal<sup>1</sup>, entretanto, focou em algumas metas bem específicas, como a descentralização das verbas federais, avaliação nacional das unidades escolares, produção de um currículo básico nacional, educação à distância, padrões de qualidade do livro didático, incentivo à formação dos professores, entre outras. O mesmo governo também elaborou e promulgou a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996.

Essas medidas a princípio parecem favoráveis à educação, porém as mesmas devem ser analisadas a longo prazo, quais foram os impactos de determinadas ações? O que desencadearam ao longo dos anos?

É importante ressaltar que essas decisões não estão explícitas de seus verdadeiros interesses, o neoliberalismo tal como é executado não se impõe pela força, ou como uma cartilha rígida a ser seguida, e menos ainda com uma ideologia, na verdade, o discurso é que as instituições estão preocupadas com a qualidade, o desempenho, a igualdade de educação para todos, e não há na sociedade, quem discorde desse discurso.

Para exemplificar os desdobramentos dessas políticas educacionais sob o comando das políticas neoliberais, vamos abordar aqui, a relação entre o papel do Estado e o Ensino Médio.

Ao longo da história a etapa do ensino básico- o ensino médio- confirmou que o seu acesso era limitado, este foi à última etapa a ser popularizado em 1990, ou seja; o ensino médio era considerado uma etapa reservada para os privilegiados, que assumiram os melhores postos e posições de trabalho, o que sintetizou por muitos anos a relação entre sociedade e educação como podemos reconhecer em Corti

Uma das lições importantes em sociologia para compreender a educação é que esta possui uma relação “orgânica” com a estrutura social à qual pertence,

1 O Plano Decenal é um conjunto de diretrizes de política em processo contínuo de atualização e negociação, cujo horizonte deverá coincidir com a reconstrução do sistema nacional de educação básica.

uma vez que é parte desta totalidade e é por ela engendrada. Para conhecer a educação de um país é necessário, portanto, conhecer os interesses dominantes que organizam suas relações econômicas, políticas, e culturais. Dito isto, a grande questão é perceber como esse postulado produz realidades históricas, nunca previsíveis, mas erguidas em meio às contradições que marcam as políticas e práticas educacionais. (CORTI, 2019 P. 47).

Quando a classe dos trabalhadores conseguiu ter acesso a etapa do Ensino Médio, ela já havia passado por enormes transformações. Esse acesso deu-se pela ampliação das vagas em escolas públicas estaduais, e até 2007 com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, esta não tinha recursos financeiros para ser gerida.

Sem planejamento da União e menos ainda dos estados, estes no que lhe diz respeito, representantes da classe burguesa, nunca se interessaram em qualificar a educação oferecida aos filhos da classe trabalhadora, assim; os recursos do Ensino Fundamental passaram a fazer parte também do Ensino Médio defasado ainda mais a educação básica pública.

Mesmo com a imensa procura do ensino médio, devido o grande número de concluintes do fundamental e a vinda de estudantes da rede privada para a pública—pressionados pela hiperinflação já não tinham mais condições financeiras para pagar as mensalidades voláteis, a demanda dessa etapa inflamou, mas só passou a ser foco das políticas educacionais, ou seja, entrou para a agenda nacional de educação no governo do Fernando Henrique Cardoso em meados de 1995.

Nesse mesmo período a descentralização do ensino fundamental foi à saída que a esfera federal encontrou para solucionar a demanda do ensino médio, para “desafogar” o gerenciamento dos Estados, uma das centrais medidas foi a do estímulo à municipalização do ensino fundamental, dessa forma os estados seriam encarregados prioritariamente pela oferta do Ensino Médio, impactando em uma reorganização nas escolas das redes públicas de ensino, separaram-se as escolas do ensino fundamental das de ensino médio, o que aconteceu em São Paulo em 1995.

Outra política educacional nacional que ocorreu em 1998 era a reforma de prédios escolares, ou seja; reformas das estruturas físicas de escolas e também a formação de professores.

Para tanto, o governo de FHC tomou um empréstimo do Banco Mundial, o resultado foi o de saldo insuficiente, e assim, os problemas anteriores permaneciam- pouquíssimos espaços adequados nas escolas, como laboratórios, equipamentos e materiais didáticos, políticas de carreira, salário dos educadores, e outros de ordem estrutural:

Tratou-se, sobretudo, de uma reforma curricular, que mesmo promovendo mudanças no jargão educacional, não afetou o funcionamento estrutural das redes escolares.

Um dos obstáculos centrais era o padrão de financiamento educacional criado por FHC em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério (Fundef) que focalizava os recursos no ensino fundamental e excluía o ensino médio das prioridades nacionais (CORTI, 2019 P. 49).

De fato, a reforma que realmente aconteceu em 1998 em relação ao ensino médio, foi a de variação do currículo, a ideia de formar um trabalhador multifacetado, para ir ao encontro da reestruturação produtiva desse período:

O governo de Fernando Henrique Cardoso aprovou em 1998 uma reforma do ensino médio, trazendo para o currículo a ideia de diversificação, flexibilização laboral e desenvolvimento de competências, termos que marcavam os processos de reestruturação produtiva do período, provenientes do ambiente corporativo. Era necessário formar um trabalhador polivalente, com competências gerais que possibilitaram uma abertura permanente aos novos contextos produtivos. O mais importante é que os jovens aprendessem a aprender”. A partir dessa racionalidade curricular, foram editados os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs. (CORTI, 2019 P. 49).

O foco desse currículo não era o de formar sujeitos críticos, autônomos; conhecedores dos saberes acumulados pelo Homem,

produtores de cultura e saberes, mas sim; um currículo neoliberal, em prol de manter as estruturas sociais como já estão postas, na contramão de uma educação para emancipação.

Em relação ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva a Educação, este teve que enfrentar alguns desafios quanto ao Ensino Médio- a exemplo, a rearticulação do Ensino Médio e a educação profissionalizante, pois foram separados no governo FHC e incluir o Ensino Médio no financiamento educacional.

A rearticulação do Ensino Médio defendida por muitos estudiosos do universo educacional, foi atendido em partes com o Decreto nº 5.154/2004, oferecendo ensino médio e técnico de maneira integrada, principalmente pela rede federal, entretanto; sua oferta não cresceu como conjecturado, é importante ressaltar que FHC enquanto presidente do país em 2001 vetou os 7% do PIB previstos para gastos voltados à educação o que dificultou o cumprimento das metas, e Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito na eleição seguinte e não derrubou o veto em questão.

Em 2006 o ensino médio passou a constituir o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica- Fundeb; entretanto, a procura pelo ensino médio nesse período já mostrava quedas, as matrículas já eram baixas.

Parece-nos que houve disposição para implementar um ensino médio de qualidade, porém, mais uma vez, a hegemonia da agenda educacional foram tomadas pelos institutos e fundações empresariais, que passaram a listar as políticas educacionais de acordo com as políticas neoliberais mesmo em governos considerados mais progressistas, como é o caso do governo Lula.

Desde então o ensino médio passou por diversos ataques e em 2017 foi aprovada a Lei nº 13.145 que consolidou a reforma do Ensino Médio, reduzindo o currículo, reduzindo a carga horária, permitiu também o oferecimento dessa etapa a distância, e até a contratação de profissionais sem licenciatura abrindo caminho para a privatização, e recentemente temos a radicalidade do pensamento neoliberal concretizada com a reforma da BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

O Estado enquanto instituição eleita pela sociedade, deveria pautar ações governamentais a favor da educação representando os indivíduos e interesses coletivos, regulando e protegendo- os,

este por sua vez, age como instrumento representativo das classes dominantes, em benefício dos setores privados, consolidando a desigualdade social.

Emerge daí uma constatação, temos atuações de políticas educacionais que insinuem a “valorização” da educação em seus diversos segmentos com a descentralização das gestões, reorganização do sistema, reforma de currículos e etc; mas que na verdade, são medidas veladas, que acabam por usurpar o direito à educação pública de qualidade.

Em um conceito geral, podemos afirmar que é a partir da aproximação da agenda econômica, ou ainda, da sobreposição desta sob as políticas educacionais, surge a mercantilização da educação brasileira.

## O OBJETIVO DA EDUCAÇÃO FRENTE À CONJUNTURA ATUAL

No contexto contemporâneo, a educação pública permeia por muitos e complexos objetivos adquirindo cada vez mais a pretensiosas finalidades, educar para salvar o planeta, educar para manter os valores da sociedade, educar para o trabalho, educar para adequar-se a economia, educar para a competitividade, educar para mudar a sociedade, educar para desenvolver determinadas competências e habilidades e etc.

Pensemos, qual é a finalidade da educação? Quem determina sua finalidade? Quais são as instituições envolvidas no processo de educação? Quem determina o que deve ser ensinado? Qual a formação dada aos educadores? Quais são as instituições que oferecem a formação para formar educadores? Quem são os educadores?

As respostas para essas perguntas são muitas e possuem diversas defesas, mas há em todas elas, fatores emaranhados que perpassam por uma disputa de classes.

Pensarmos em educação, sem considerarmos o antagonismo de classes não nos faz compreender de fato a realidade, e ainda, perde-se o potencial de transformação da mesma. Podemos assim considerar, que a educação faz parte da superestrutura já que estamos em uma sociedade capitalista, e ela é que controla os meios de

produção, e nas instituições educacionais transmite-se, reproduz-se a ideologia dominante, formando uma falsa ideologia, mantendo assim, o domínio sobre a classe trabalhadora.

É importante que a classe trabalhadora compreenda a forma capitalista de organização da qual está inserida, superestrutura e estrutura, pois é, por meio da consciência de classes, que poderá haver uma transformação da sociedade.

Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* aponta que a educação deve ser concebida como um ato político, libertando os indivíduos, levando-os para uma “consciência crítica”, uma educação transformadora e libertadora. Fazer o educando apropriar-se da liberdade para que ele consiga perceber o contexto a sua volta de maneira crítica é o que a educação tem como objetivo, como:

Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. (FREIRE, 2012 P. 51 e 52).

Portanto, ficam claro que a realidade opressora imerge os indivíduos que nela estão, esta doméstica as consciências. E para libertar-se dessa condição é necessário sair, dar a volta sobre ela, e só por meio da verdadeira práxis é que será possível emergir da relação opressor-oprimido. A práxis é a ação-reflexão dos sujeitos sobre seus contextos para enfim transformá-los, ou seja, reconhecer-se como oprimido não retira os oprimidos de suas condições, mas a superação se dá, quando os sujeitos atuam sobre ela - inserção crítica.

A educação não transformará a realidade e nem mesmo o sistema opressor, mas quanto mais as massas populares compreendem sua realidade sobre a qual devem concernir sua prática transformadora, mais se inserem nela criticamente “Na verdade, o que pretendem os opressores, “é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime, isto para que, melhor

adaptando-os a esta situação, melhor os dominem". (FREIRE, 2012, P. 84).

E para isto, a educação bancária citada por Freire é indispensável. A educação humanista, revolucionária não há de libertar os oprimidos, pois é certo que a educação reflete a estrutura do poder, mas o que é fundamental a ser feito enquanto no campo educacional é que se dialogue sobre esta.

O que concluímos é que a educação pública tem interesses explícitos e é de comum acordo entre os sujeitos da sociedade, todos têm direito a educação de qualidade, educação para o pleno desenvolvimento humano, para a apropriação, criação e reinvenção das culturas e saberes acumulados pelo Homem. O grande impasse é que as políticas educacionais seguem a lógica neoliberal em um sistema de classes. O papel da educação é o de combater a alienação, portanto é importante entender como se desenvolve a hegemonia da classe dominante, contestá-la a fim de formar sujeitos integrais para transformá-la.

## METODOLOGIA

Para tratar de forma minuciosa e rigorosa o objeto de estudo tratado neste artigo, foram tomadas como premissas os seguintes percursos metodológicos: verificação da legislação vigente como a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta artigos da LDB - Educação Profissional); leitura e análise de autores, como Antunes, Freire, Giddens, Gramsci, entre outros, visando sustentar teoricamente a análise das políticas públicas em Educação e, por fim, temos a convicção de que a Educação precisa também ser compreendida por meio de aspectos macros, entendidas junto às metamorfoses políticas, econômicas e sociais, portanto, nossa metodologia também se debruçará sobre o materialismo histórico dialético.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões abordadas no presente artigo do papel do Estado no processo de implementação das políticas públicas no

Brasil, suas implicações no mundo do Trabalho, e consequentemente os impactos dessas na Educação estão inseridas em um contexto macro que vislumbra a importância da compreensão do que são políticas públicas e também, talvez tão mais importante para presente proposta, o que são políticas públicas em educação e o que seus reflexos impactam na realidade do cotidiano escolar, neste interim podemos evidenciar também todas as mazelas e os obstáculos para a superação de questões tenues para melhoria da educação com qualidade social.

Podemos inferir com o exposto que as políticas públicas em educação são necessárias, e estão amalgamadas nas relações da vida social cotidiana, tudo que diz respeito à cidadania perpassa construções políticas, quer queira, quer não, percebendo-as ou não ela atinge de forma direta ou indireta a todos. Assim, as políticas públicas e principalmente as que tratam da educação precisam atentarse a qualidade da educação para que os resultados de proficiência dos estudantes se elevem e talvez com isso, há médio ou longo prazo, melhorem e nível socioeconômico também. E, o financiamento de políticas em educação é decisivo para alcançar um melhor nível qualitativo, proporcionando ao educando ferramentas para a consolidação dos objetivos ansiados.

E por fim, compreender que a educação pública tem seus limites e desafios, mas também tem um papel importante nesse contexto carregado de interesses. Assim, esperamos trazer elementos e conceitos fundamentais para a compreensão do que hoje temos como sistema de ensino no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e reflexões sobre o papel do Estado no processo de implementação das políticas públicas no Brasil, suas implicações no mundo do Trabalho, e consequentemente os impactos dessas na Educação se tornaram essenciais nas pautas políticas daquelas que desejam uma educação de qualidade social para todos. Todavia, compreendemos que os programas e reformas de nível macro, propostas pelas políticas públicas em educação, não podem deixar de considerar a escola, pois, é nesta que a concretude de todas as ações devem se revelar.

Os grandes marcos da economia mundial, suas metamorfoses e também não podemos deixar de considerar as crises do capital, suas saídas e respostas, todo esse arcaboço de entendimento nos permitiu nesse artigo contribuir com reflexões a cercado discussões educacionais; ascendendo o entendimento do leitor sobre a atual conjuntura.

À vista disso, compreender que a educação pública possui seus limites e grandes desafios no contexto contemporâneo, mas também tem um papel fundamental nesse contexto carregado de diversos e incessantes interesses. Não obstante, é preciso salientar que as 13 políticas em educação no Brasil obtiveram grandes conquistas nas últimas décadas, todavia é preciso expor também, que os seus maiores objetivos não foram alcançados. Assim, fica a todos o direito e dever de lutar por um ensino de qualidade, que possibilite a melhoria do nível de desenvolvimento do nosso país. Por tudo isso, esperamos ter contribuído com elementos e conceitos fundamentais para a compreensão do que hoje temos como sistema de ensino no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta artigos da LDB - Educação Profissional

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CORTI, Ana Paula. "Ensino Médio: entre a deriva e o naufrago". Educação Contra Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Cássio Fernando (Org.) Editora Boitempo, São Paulo, 2019.

Faoro, R. (1989). Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Belém/PA: Globo.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro/RJ. Editora Paz e Terra, 2015.

GIDDENS, Anthony. Novas Regras do Método Sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas. Lisboa: Gradiva, 2 ed. 1994.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volumes 1 e 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 e 2012.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público, Editora Boitempo, São Paulo/ SP, 2019.

MARX, Karl. Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política". BRESSER-Pereira, Luiz Carlos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Notas, FGV, jun/2008.

OLIVEIRA, Luthyana Demarchi.; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação como política pública de fortalecimento da democracia participativa. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v.2, n.2, p. 131-140, jul/ dez. 2012.

Toro, J. B. (1999) Educación para la democracia. Recuperado em 17 de março, 2017 de [https://scholar.google.com/scholar?cluster=6190629558671922318&hl=ptBR&as\\_sdt=2005&scioldt=0,5](https://scholar.google.com/scholar?cluster=6190629558671922318&hl=ptBR&as_sdt=2005&scioldt=0,5)